


DÁDIVA E ANTIPROFISSIONALIZAÇÃO NA PROTEÇÃO A ANIMAIS DE RUA

GIFT AND ANTIPROFESSIONALIZATION IN STRAY ANIMALS PROTECTION

Andrea Barbosa Osório¹

 10.21665/2318-3888.v5n10p105-137

RESUMO

O artigo parte de uma pesquisa com protetores de animais de rua, seguidos através de plataformas de redes sociais on-line e entrevistas face-a-face, para discutir as formas de financiamento das atividades protetivas. A formação de redes de apoio mútuo, que financiam parte das atividades, envolve tanto apoiadores on-line quanto parte da indústria *pet*, incluindo-se aí clínicas veterinárias, além de algumas municipalidades. Sugere-se que, a despeito de operarem num universo capitalista, os protetores desenvolvem relações características do regime da dádiva, o que contribui para sua recusa em ver a proteção como uma atividade profissional, mas que deve permanecer no âmbito do voluntariado.

Palavras-chave: Dádiva. Proteção Animal. Relações Humano-Animal.

¹ Doutora em Antropologia. Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense. E-mail: andrea_osorio1@yahoo.com.br.

ABSTRACT

This paper is based on a research about stray animals protectors, followed through online social network platforms and face-to-face interviews, to discuss ways to finance their protective activities. The formation of mutual support networks, which finance part of these activities, involves both online supporters and part of the pet industry, including veterinary clinic, as well as some municipalities. It is suggested that, despite operating in a capitalist world, protectors develop relations characteristic to the gift regime, which contributes to their refusal to see protection as a professional activity, but which must remain within the scope of volunteering.

Keywords: Gift. Animal Protection. Human-Animal Relations.

Introdução

Venho pesquisando o universo brasileiro da proteção a animais de rua há oito anos. Num primeiro momento, optei pela pesquisa on-line de uma *comunidade* do extinto Orkut que se dedicava à gestão de uma colônia numa praça pública da zona norte carioca, *comunidade* que hoje existe no Facebook. Posteriormente, foram efetuadas entrevistas com vinte protetores fluminenses, de modo a refinar questões que não podiam ser acessadas nas redes sociais. A proteção que analiso aqui enfoca a alimentação e medicação de colônias urbanas e a retirada das ruas de cães e gatos para seu encaminhamento para adoção. Parte dos procedimentos de transformação de um animal de rua em animal de estimação passa por intervenções tecnocientíficas da área da medicina veterinária, seguindo paralelamente o protocolo da “posse responsável” (Osório, 2011), segundo o qual o animal deve ser vermifugado, medicado, vacinado e castrado para ser adotado.

Os protetores operam em redes de sociabilidade na qual ingressam por processos de recrutamento, autorrecrutamento e conversão (Osório, 2016; 2017). Estas redes sociotécnicas (Latour, 2001), que versam simultaneamente sobre relações entre a proteção e a medicina veterinária, mas também sobre uma sociabilidade on-line, são parte fundamental do campo da proteção a animais de rua, na medida em que desenham conhecimentos tecnocientíficos e de biopoder que transformam corpos animais, além de estabelecerem uma rede de auxílio e apoio à própria atividade de proteção.

As atividades protetivas têm um custo. A questão do financiamento emergiu de forma muito explícita enquanto efetuei campo on-line. No Orkut, uma das finalidades da *comunidade* era levantar fundos para a gestão de uma colônia e o resgate e tratamento de animais de rua. Embora frequentemente protetores invistam dinheiro próprio e não recebam nenhum tipo de remuneração, nem sempre seus próprios recursos são suficientes. É necessário estabelecer formas de financiamento que passam por doações mensais, depósitos em contas-correntes, pagamento de produtos diretamente aos *pet shops*, am(p)adrinhamento de animais, rifas, brechós, entre outros. Cada uma dessas modalidades envolve tipos diferentes de se lidar com prestações de contas públicas, que

não são pouco problemáticas na medida em que ganhos pessoais a partir da condição dos animais são malvistas e ensejam uma série de acusações e denúncias.

Gostaria, aqui, de apresentar um pouco do universo econômico da proteção animal a partir das entrevistas efetuadas com dezenove mulheres e um homem entre a região metropolitana da capital fluminense e o litoral norte, em especial as cidades contíguas de Macaé e Rio das Ostras, animadas pela indústria petrolífera. A maioria feminina dessa amostra foi objetivamente buscada na pesquisa, uma vez que se percebeu on-line uma maioria feminina entre protetores – um viés reconhecido no movimento animalitário em geral. No presente artigo, contudo, não incluo questões específicas de gênero por razões de espaço.

Adentro questões características da antropologia econômica, sobretudo sua ênfase nos processos de dádiva, conforme originalmente levantados por Mauss (2003). O artigo está dividido em seções que perpassam a apresentação de dados de campo sobre as formas de financiamento da proteção a animais de rua e a problematização teórica da pretensa antítese entre dádiva e mercadoria. Emerge dessa conjunção a percepção de que a antiprofissionalização inerente a esse universo está relacionada à lógica da dádiva. Uma das marcas da proteção animal aqui analisada é sua recusa em ser mercantilizada através de uma recusa à profissionalização e à remuneração. As tarefas protetivas devem ser preferencialmente não remuneradas e as doações devem ser integralmente dirigidas aos animais. Apenas serviços e produtos podem ser pagos.

Na primeira seção, elaboro uma descrição da circulação de animais no âmbito da proteção como operando no regime da dádiva. Nas seções subsequentes, tomo das entrevistas os modos de financiamento e a lógica dos gastos, permeada pelo valor da vida em detrimento do custo financeiro. Três tipos de financiamentos emergem: recursos próprios, doações e créditos obtidos na indústria *pet*, incluindo-se as clínicas veterinárias, além de serviços gratuitos prestados por algumas municipalidades. Tais financiamentos combinam processos de dádiva com um ambiente capitalista. Ao final, passo a uma apresentação teórica sucinta sobre a pretensa antítese entre dádiva e capitalismo.

O interesse do presente artigo, seguindo algumas das preocupações dos debates sobre a dívida no capitalismo, é iluminar os processos através dos quais dívida e mercado se tornam imbrincados nas redes de proteção animal. Parto, sobretudo, das análises de Tsing (2011) e Callon e Latour (2011). Embora não adotem o mesmo paradigma, ambos sublinham processos pelos quais dívida e capitalismo se entrelaçam e contribuem para uma compreensão do material empírico.

1. Circulação de animais

Mauss (2003) define a dívida como um ato voluntário e ao mesmo tempo obrigatório de dar, receber e retribuir. Da dívida, retira uma noção de crédito e outra de contrato, expandido os circuitos para a religião até tomar o dom como um fato social total. A dívida parece uma marca da proteção animal. O primeiro elemento evidente de uma economia da dívida protetiva é a forma como os animais de rua são cuidados e doados para se tornarem animais de estimação. De sujeitos ou objetos descartados, eles são transformados biopoliticamente em sujeitos de estimação. Jamais vendidos ou trocados, eles são dados a pessoas que se mostram aptas, aos olhos dos protetores, a deles cuidarem dali para frente.

Esse tipo de dívida estabelece um circuito longo. No início do ciclo, está alguém que abandonou um animal. No universo pesquisado, todo animal de rua é visto como abandonado, tenha ele vivido numa unidade doméstica humana ou não. Nesse ponto, o animal não está sendo doado, mas descartado. As formas de descarte, contudo, podem ser das mais brutais, como a morte e os maus-tratos, até aquelas que se disfarçam, negando sua característica de abandono. Algumas protetoras, por exemplo, queixam-se de que animais são depositados na porta de suas casas, jogados pelos muros, deixados em *pet shops* ou clínicas veterinárias. Nesses casos, sugiro que aquele que abandona o animal encontra caminhos para, na verdade, dá-lo a outra pessoa anonimamente, de uma forma malvista pelos protetores porque é a forma que justifica a própria necessidade de sua atuação, mas também porque o anonimato não permite a consolidação de

reciprocidade e suas redes de conhecimento interpessoal. Na falta desse mediador direto, o animal pode ser abandonado na rua, especialmente em espaços que simulem algum tipo de natureza ou espaços de passagem que conformem não-lugares (Augé, 1998), como discuti anteriormente (Osório, 2013).

Após esse primeiro momento, o circuito segue, ou inicia, quando o animal é cuidado por outra pessoa na rua, em colônias, ou é retirado dela. A rua se torna a mediadora entre alguém que não quer um animal² e alguém que irá cuidar dele. Muito provavelmente, um grande contingente de animais jamais adentrará esses circuitos, vagando sem cuidadores até a morte. Aqueles que ingressam, contudo, têm suas vidas transformadas. Por processos biopolíticos, protetores e médicos veterinários atuam sobre os corpos e destinos animais. Quando são considerados aptos a serem adotados, os animais são divulgados on-line ou nas chamadas feiras ou eventos de adoção, quando grupos de proteção disponibilizam adultos e filhotes, em geral cães e gatos, para um público passante que possa se encantar por eles e os levar para casa.

Ao serem adotados, eles fecham o circuito de trocas, tendo passado, simultaneamente, por distintos espaços físicos e sociais, como a rua, o lar temporário e as clínicas veterinárias, até a sua nova casa. Quando o animal é retirado da rua, ele é um sujeito que passou de uma pessoa a outra. O mesmo quando é adotado. Mas quando ele está em tratamento ou consulta veterinária, quem age sobre seu corpo é o médico veterinário que, pago ou não pelo protetor, doa sua parcela de *expertise* e ação para transformá-lo. O veterinário é igualmente um mediador nesse circuito de trocas.

Embora no final do circuito o animal seja doado, não é incomum que alguns protetores peçam uma contrapartida do adotante. Pode ser um saco de ração, uma doação em dinheiro ou o pagamento da castração do animal, condição para que ele seja adotado. Essa não é uma prática homogênea nem consensual no meio analisado, mas aponta para formas de custeio da ação protetiva ao mesmo tempo em que desloca o lugar do

² Há animais com donos que vagam livremente. Isso não significa que tenham sido descartados, mas podem eventualmente ser recolhidos por protetores. Por isso, frisam a necessidade de contenção da mobilidade dos animais sob tutela.

adotante nos circuitos de dádiva: ele recebe, mas passa a retribuir também. O adotante é, nesse circuito, aquele que, em princípio, apenas recebe, assim como o próprio animal que, simultaneamente, é o sujeito trocado. O médico veterinário e o protetor recebem e doam simultaneamente, através do pagamento de serviços mercantilizados de uns e do recebimento de créditos e fundos pelo outro. Fora desse circuito de trocas da economia protetiva, o animal de rua passa a ser um animal de estimação e se engajar em trocas diretas com sua nova família, estabelecendo um outro ciclo.

2. Quanto se paga pela vida

O recolhimento de animais de rua não parece obedecer a uma lógica econômica, no sentido de que haja um planejamento de quanto custará cada resgate e manutenção do animal até sua doação. Pelo contrário, essa conta próxima à racionalidade de um *homo oeconomicus* não é possível na medida em que as doenças que os animais resgatados por ventura apresentem, e seus tratamentos, têm custos diferentes e, muitas vezes, imprevisíveis. A lógica do resgate não se esgota nas questões financeiras. A natureza do cálculo é outra: opedece a razões morais e tecnocientíficas que privilegiam animais doentes, aqueles que justamente exigem mais recursos, mas também os filhotes, já que os protetores percebem que há mais procura dos adotantes por esses do que por adultos.

O objetivo aqui é demonstrar que a lógica do resgate na proteção animal envolve um custo conhecido pelos protetores, mas esse custo não interfere na decisão de resgatar um animal, nem na decisão de tratá-lo ou não. Embora eu tenha ouvido relato de uma protetora fora do âmbito da presente pesquisa questionando o uso de recursos escassos e as decisões tomadas num cenário distinto daquele que conheci, as entrevistas não permitem inferir esse tipo de utilitarismo, que pode estar presente em outros protetores.

No âmbito das entrevistas, tentei avaliar quanto os protetores entrevistados gastam no resgate e manutenção dos animais protegidos. Por mês, podem desembolsar entre R\$100 e R\$4.000, dependendo do número de animais e de seu estado de saúde. Uma protetora indicou um custo de R\$300 a R\$500 por animal no momento do resgate, o que inclui

consulta veterinária, medicação e vacinação; outra indicou de R\$600 a R\$1.000 cada resgate, incluindo a esterilização. O único homem entrevistado afirmou que só a cirurgia de um animal com câncer custou R\$3.000, enquanto outra protetora contabilizou um gasto de R\$4.000 com uma cadela.

Seguem abaixo alguns excertos das entrevistas que indicam essa variabilidade de gastos mensais e com cada resgatado. Alguns protetores indicam suas prioridades de resgate, outros identificam necessidades de resgatar certos animais mesmo quando não há mais dinheiro.

Eu, por exemplo, tem mês que gasto dez sacos de ração. Tem mês que eu gasto doze. Tem mês que eu gasto quinze, entendeu? Então, às vezes você fala: “não, não vou pegar mais animal nenhum”. E aí você sai na rua, você vê uma situação. Botam na minha porta uma caixa com filhotinhos: nove, dez. Amarram cachorro na árvore da minha porta. E aí como você solta um animal? É difícil. [...] A Lola e a Lolita, que eu peguei em Barra de São João, [...] jogaram as duas pra um pitbull comer. Aí o caseiro conseguiu salvar e alguém tinha o meu número e me ligou. Eu me compadeci e fui lá ver. Quando cheguei lá, que eu vi o estado das cachorras, eu não pensei duas vezes. Eu não pensei no financeiro, no tem ou não tem. Você pensa em salvar, em ajudar. [...]. Mas sai da conta do meu marido. Como mês passado, ele ficou muito chateado porque eu gastei R\$1.000 com cachorro (Daniela, 42 anos).

Daniela³ apresenta, talvez, a fala que mais objetivamente aponta para a prevalência do valor da vida sobre o valor do dinheiro. Mesmo quando ciente de sua limitação financeira, a opção recai sobre o resgate. É uma atuação moral na qual o dinheiro é um meio que permite a ação protetiva. Essas opções podem ter impactos na vida familiar do protetor, como Daniela indica.

Olha, o gasto com cada animal é muito variado, sabe? Um cachorro quando você... eu só resgato animais que estão em último caso: com bicho [bicheira], com tumores, sabe, atropelados, então assim, cada um é um valor diferente. A Grazielle, aquela que você conheceu, ela, poxa, ela foi abandonada com câncer. Ela teve que fazer uma amputação na pata porque tinha câncer ósseo. Teve que tirar um rim: o direito foi R\$3.000 a cirurgia. A ração do saco de dois quilos dela custa R\$80. Quer dizer, ela foi um custo alto. Amanhã eu posso achar um que com R\$100 eu salve ele, então não existe um valor específico (Alberto, 47 anos).

³ Todos os nomes são fictícios.

Alberto resgata prioritariamente animais que estão visivelmente doentes. Outros protetores podem priorizar filhotes nos seus resgates. Independentemente de qual seja o sujeito prioritário de atenção, esse critério não é dado por razões econômicas, já que os adoentados, em geral, demandam mais recursos e possivelmente terão menor expectativa de vida. O custo dos procedimentos que muitas vezes são requeridos não é questionado, até porque muitos protetores conseguem descontos e atendimentos gratuitos com veterinários solidários. O valor que está em jogo não é o financeiro, mas o valor de uma vida.

Olha, só de ração, só de ração eu devo gastar uns R\$400 entre cachorro e gato, porque são rações separadas: ração pra cachorro, ração pra gato, ração pra gato filhote com mãezinha. São várias rações que carece e pra gente não adianta dar ração vagabunda. Tem que ser ração de qualidade porque o animal já vem depauperado com N doenças da rua. Se você der uma ração [de] farinha só, ele não vai dar o melhor dele. O organismo não produz. E isso é o de menos, a ração, porque ração, comida e água você dá de qualquer forma. O que encarece muito essa atividade da proteção é atendimento veterinário, exames, medicação é uma fortuna. Mas isso tudo, ele tem que ser feito. Se você resgata, se você tira o animal da insalubridade, você tem que dar saúde a ele (Ana, 46 anos).

Ana dá uma indicação interessante sobre os custos: a alimentação é o fator de menor impacto, enquanto o atendimento médico, ao contrário, é o mais caro. Por isso, muitos protetores conseguem minimizar esse custo, conforme excertos abaixo. Ela também aponta para um tipo de cálculo efetuado com frequência na escolha alimentar, que é um tipo de custo-benefício que opta por rações caras, chamadas *premium*, porque elas representariam uma nutrição melhor e mais adequada à prevenção de doenças⁴.

Cada mês é um saco de quinze quilos. Então, cada saco de quine quilos é R\$100, R\$90. E aí essas interações. Fica difícil você mensurar porque cada um tem uma situação. A gente vai fazer uma cirurgia de R\$700 numa cadelinha, mais o exame que teve: R\$4.000 que a gente vai gastar com ela (Cátia, 45 anos).

⁴ Sobre a alimentação animal, ver Mullin (1997), Lewgoy & Sordi (2012) e Lewgoy (2016).

Cátia faz indicação semelhante, na qual os gastos mensais com ração são relativamente baixos quando comparados a procedimentos específicos que podem ser bastante elevados.

Tipo, às vezes, eu... eu estava com uma cachorrinha que eu resgatei, que eu não tinha onde botar, não tinha lar temporário. Eu tive que deixar ela na clínica. Eu paguei, tipo, R\$1.700 porque ela ficou um mês na clínica, sabe? Tipo, fez exame, fez ultrassonografia, fez exame de sangue, fez exame de não sei que, fez tudo que tinha direito, sabe? Vacina. Deu R\$1.700. Aí eu consegui uma moça pra ficar com ela. Mas aí eu tenho que dar a ração. Aí tem o gasto dela também de ração por mês e dou R\$100 pra moça, pra ficar lá na casa dela, entendeu? Que é uma moça humilde também e tudo, também acaba ajudando ela com os gastos que ela tem na casa dela. Então eu dou R\$100 mais o saco de ração grandão dela de quinze, vinte quilos por mês. Aí tem esse gasto também, e os gastos que são, né, tipo, de castração, os gatinhos lá do projeto. Às vezes, é... o projeto tá, tá sem dinheiro, tá fazendo rifa, tipo, tem que castrar senão não vai ser adotado. Não, eu pago essa castração, depois quando entrar [dinheiro] no projeto, se der eu pego o dinheiro, não tem problema. Aí vai assim, né? A gente compra remédio, compra medicamento, compra vitamina. [...] Cara, eu acho que gira em torno de uns mil e pouco assim por mês. Tirando essas exceções de R\$1.700 que acontecem na clínica de vez em quando, o normal gira em torno de mil e pouco pra todo mundo (Cássia, 33 anos).

Cássia faz menção semelhante aos gastos altos e imprevisíveis com a saúde de determinados resgatados. Ela acrescenta, em sua fala, o gasto de alojamento dos animais, que não é visto como o pagamento de um trabalho ou de uma hospedagem, como o cobrado em hotéis de *pets* ou nas internações em clínicas, mas aparece na forma de uma ajuda à pessoa que ajuda os protetores, incluindo essas redes numa economia da dádiva. Também indica, preliminarmente, formas de arrecadação que grupos de proteção costumam utilizar. A descaracterização da “ajuda” como pagamento adentra aspectos de antimercatilização no âmbito da proteção. Tudo opera como se não houvesse mercado nem trabalho remunerado além daquele exercido pelo veterinário e a indústria *pet* (tanto a indústria farmacêutica, quanto a de *pet food*). Se os protetores ajudam os animais, então as pessoas ajudam os protetores. Não há remuneração direta. Não obstante, Santos (2014) identifica uma forma de trabalho no âmbito da proteção, que não é exercido por protetores, mas pago por eles: um serviço de terceiros para substituir o protetor em tarefas específicas, como a alimentação de colônias.

3. Financiamentos

Divido os excertos dessa seção em três eixos que identificam as fontes de financiamento: a) recursos próprios; b) doações; c) serviços gratuitos, descontos ou créditos. Essa tipologia não é exclusivista. Muitas entrevistadas se veem como protetoras que arcam integralmente com suas ações protetivas, mas conseguem formas de amortização de que trato no item C. O recebimento de doações, por outro lado, não significa que não se empenhe recursos pessoais, dado que os gastos são flutuantes. Entre as estratégias encontradas para levantar fundos estão rifas, bazares, venda de camisetas e adesivos, e “vaquinhas” *online*, além de doações de amigos, parentes e outros membros de uma rede de apoio, que pode ser construída a partir de redes sociais on-line.

3.1 Recursos próprios

Alguns protetores arcam integralmente com os custos de suas atividades de proteção. Sejam quantias altas ou baixas, não recorrem a grupos de apoio nem pedem doações. Sete protetoras entrevistadas afirmam não receber auxílio, custeando integralmente suas ações, mas essa afirmação não exclui a ajuda de veterinários, cujas consultas e procedimentos são gratuitos ou de baixo custo, reduzindo os gastos dos resgates, nem outras formas de custeio. Uma protetora recebe as esterilizações dos animais de um projeto de proteção coletivo, ao passo que outras indicaram utilizar os serviços gratuitos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ou da Prefeitura de Rio das Ostras.

Não conheço um protetor que não esteja no vermelho. Tudo eu [que pago]. Doação eu não peço também, só se for emergência. Porque eu tô cuidando até de poucos agora. Tem gente que cuida muito mais do que eu, eu fico até sem jeito de pedir (Berenice, 43 anos).

A gente, além de não viver disso, a gente ainda fica em débito por conta disso. Tipo, a minha conta fica lá, R\$2.000, R\$3.000 negativo no banco, porque eu gasto tudo em clínica e coisa, entendeu? Agora tem o outro lado. Tem pessoas que realmente vivem disso, que resgatam mil animais e ficam por aí pelo Facebook pedindo dinheiro pra todo mundo, entendeu? Tipo... e aí você vai ver, a renda da pessoa, só de doações que ela recebe, tipo, dá mais do que o meu salário, do meu que trabalho o mês inteiro, entendeu? (Cássia, 33 anos).

Um dos pontos centrais à noção de custeio das próprias atividades é a acusação a que protetores que recebem doações estão sujeitos constantemente, a saber, a de que auferem algum tipo de lucro pessoal desses recursos. Nas entrevistas, apenas uma protetora indicou esse tipo de preocupação, mas nas observações on-line, sobretudo no Facebook, é possível perceber que tensões emergem e acusações explícitas podem ser levantadas sobre algum(a) protetor(a), alegando-se que este(a) usaria os recursos dos animais para si. Nesse universo, parece haver uma separação estrita entre o que é dos humanos e o que é dos animais, de modo que qualquer recurso destinado a eles não deve ser empregado para benefício do protetor. Compreende-se que o benefício próprio vai da alimentação do protetor até qualquer reforma em sua casa, mesmo que seja na área onde os animais são alojados. Em geral, a forma de controlar o uso do dinheiro é a constante prestação de contas, com a disponibilização on-line de notas fiscais de produtos de pet shops e de serviços veterinários.

A fala de Cássia acima aponta para o que Zelizer (2010) chama de “mundos hostis”, quando o trabalho de cuidado e a remuneração financeira são vistos como antagônicos. O cuidado (*care*) é um trabalho caracteristicamente feminino que versa sobre aspectos da saúde, como o de enfermeiras e cuidadoras, da infância, como o das babás, e de tarefas domésticas, como o de donas-de-casa e empregadas domésticas. Ele envolve uma série de prestações de serviços, mas também aspectos emocionais relativos ao envolvimento pessoal entre as partes. Pinto (2016) analisou o trabalho das protetoras como tipicamente de *care* e marcado pelos “mundos hostis”. Ivana Teixeira (2016), sobre o universo da cinofilia, também recorreu a essa noção para identificar tensões entre criar raças de cães para a venda, o discurso do amor aos cães e a circulação desses como mercadorias.

Há variados conflitos baseados em “mundos hostis” (Zelizer, 2010) no universo das relações humano-animal e a questão do financiamento de ações protetivas é um deles. Embora Zelizer (2010) sugira que o universo do *care* deva ser preferencialmente regulado pelo que chama de “relações bem ajustadas”, onde as partes entram num acordo que seja bom para ambas, ou seja, simétrico, é compreensível que este acordo seja difícil, mas não impossível, no universo da proteção a animais de rua, já que os

animais, que são vistos como a parte mais interessada, não podem participar⁵. O que ocorre, então, é que os protetores passam a falar por eles, tendo a qualidade de porta-vozes (Latour, 2000). Nessa posição, os protetores têm dificuldade de falar por si, ou seja, de pleitear em causa própria. Eles optam pelos animais, mas perdem a capacidade de expor suas próprias demandas pessoais quando procedem assim⁶.

O dinheiro torna a simetria mais difícil, uma vez que instaura “mundos hostis” baseados em oposições como animal/humano, voluntário/profissional, doação/recepção, dívida/serviço. De fato, essas oposições são instáveis: o animal é um sujeito aos olhos do protetor, mas é doado; o protetor é um voluntário, mas uma minoria pode tornar-se profissional; veterinários podem ser protetores e ao mesmo tempo cobrar seus serviços para protetores; pessoas que utilizam seus próprios recursos podem fazer uso de recursos de terceiros, etc.

Na prática, isso se reverte em situações nas quais os protetores podem pagar por uma série de serviços prestados aos animais, desde alojamentos (lares temporários) e limpeza (faxineiras) a cuidados com sua saúde (clínicas veterinárias), mas não podem transformar sua própria atuação em um tipo de serviço. Assim, a proteção a animais de rua envolve parte da indústria *pet*, incluindo procedimentos veterinários, mas também pode criar serviços, como lares temporários que, se não são pagos, ao menos são retribuídos de alguma forma. Essas situações chamam a atenção para o entrelaçamento de uma economia da dívida e uma economia capitalista nas ações protetivas.

⁵ Particularmente, não acredito na possibilidade de relações bem ajustadas em quase nenhum cenário, dado que essa simetria demanda posições de poder igualmente simétricas, que raramente existem entre empregadores e empregados no âmbito capitalista. A autora ignora completamente essa questão na análise, operando a partir de uma noção liberal econômica e de livre mercado por meio da qual o empregado insatisfeito buscaria novas relações trabalhistas até encontrar um empregador que atendesse suas demandas, desde que elas não estejam além das demandas usuais do mercado.

⁶ Exceto quando pleiteiam políticas públicas de contenção do abandono e de serviços veterinários gratuitos. Nesses casos, o ganho é tanto dos animais quanto dos protetores. Alguns se lançam em carreiras políticas como vereadores ou secretários municipais.

3.2 Doações

Outros protetores pedem e conseguem doações de uma rede de apoio que custeia, ou ajuda a custear, as ações protetivas. Isso não necessariamente significa que o protetor não invista recursos financeiros pessoais. Oito protetores afirmam receber doações para os animais.

Ai a gente geralmente pede ajuda aos amigos ou, muitas das vezes, a gente tira do bolso (Alice, 40 anos).

Financeiramente eu dependo de doações, às vezes. Às vezes, eu pago tudo do meu bolso (D. Adriana, 71).

Não é da minha renda pessoal não. Pelo contrário, a minha renda pessoal ainda entra nisso também quando eu não consigo apoio das pessoas (Alberto, 47 anos).

Alice, D. Adriana e Alberto indicam como as doações recebidas não excluem o custeio das ações pelo próprio protetor. “Bolso” é a palavra recorrente. Isso significa que há um fluxo constante de dádivas que vai de protetores aos animais e de apoiadores aos animais, através da mediação dos protetores. Eles são mediadores entre animais de rua, abandonados, e animais de estimação, adotados, mas também entre pessoas que desejam ajudar os animais, mas não se envolvem em ações diretas de resgate e cuidado. Essas pessoas se tornam apoiadoras e não fazem doações apenas pecuniárias, mas podem doar bens, custear produtos ou serviços pagos diretamente a *pet shops* ou clínicas veterinárias, ou doar seu tempo em feiras de adoção ou ações pontuais nas quais os protetores necessitem de apoio, entre outros.

Rifas, bazares e brechós são mecanismos pelos quais os bens doados, e que não se destinam ao uso direto pelos animais, podem servir para levantar fundos, conforme os excertos abaixo. As chamadas “vaquinhas” on-line, ou *crowdfunding*, que contam com plataformas exclusivas, também têm sido utilizadas.

Eu não tenho um grupo de pessoas fixas que... que façam doações por mês. Isso já foi tentado, mas não dá certo. As pessoas doam no primeiro mês, depois esquecem. Eu tenho... eu faço os apelos e aí qualquer pessoa faz a doação. [...] Tem dinheiro, mas as doações são mais em produtos (Cecília, 51 anos).

Porque agora é que eu estou começando a fazer coisas pra pedir ajuda mesmo, tá? Porque até há pouco tempo atrás, eu não pedia ajuda financeira, mas eu vi que estava ficando muito difícil, né? Então eu comecei a fazer rifa, comecei a fazer negócio de vaquinha on-line, não sei se você conhece. É... pras pessoas ajudarem. E estou fazendo... de vez em quando eu faço brechó também (Damiana, 50 anos).

Pode-se sugerir que o recebimento de doações em produtos ou serviços usados exclusivamente pelos animais é uma forma que os doadores encontram de controlar os recursos que disponibilizam. Retirando o dinheiro das doações, simultaneamente retiram a possibilidade de que protetores o utilizem para finalidades que não incluam o tratamento dos animais. Por outro lado, doações de produtos de uso exclusivamente humanos parecem transformar objetos sem utilidade para os doadores em mercadorias que, por sua vez, levantariam fundos para os protetores, uma vez comercializadas em brechós ou rifas. No caso das rifas, o objetivo é sempre angariar mais do que o(s) objeto(s) rifado vale comercialmente de modo que pequenas doações possam ser multiplicadas. A publicidade da rifa garante também o uso dos produtos para as ações de proteção animal.

Algumas oferecem lar temporário e vivemos de doação. Não temos nenhuma ajuda de custo do governo, nada, nada. [...] A gente faz muita campanha pedindo doações de vacina, doações pra hotel. Ou, é... R\$5, R\$10, o que for. E agora, no final do ano, a gente está fazendo uma rifa de Natal, rifando uma cesta com um vinho, que foi doação, uma champanhe, chocolate Ferreiro Rocher, que também foi tudo de doação, rifando pra tentar amortizar um pouco a nossa dívida. No auxílio financeiro do resgate de doação, somos nós mesmo [que custeamos]. [...] Aí eu fico mais no controle da página do Facebook, na encomenda de camisa, que é uma das coisas que a gente consegue reverter melhor no lucro. A gente consegue ter um lucro de R\$10 a R\$15, mais até que nosso bazar. E aí é... eu que encomendo as camisas, que controlo isso (Cristiane, 24 anos).

Nós e a ajuda das pessoas. Então a gente conta com colaboração. Então, o que que a gente faz? A gente faz camisa, faz alguns adesivos pra fortalecer a marca. Faz, né, divulgar, vender e com esses recursos a gente paga as nossas despesas. A gente faz faxina, pede pras meninas ajuda. A gente faz bazar também pra angariar recursos. E a gente pede mesmo (Cátia, 45 anos).

Cristiane e Cátia foram entrevistadas em cidades diferentes, a primeira em Rio das Ostras e a segunda em Macaé. Fazem parte de grupos distintos, mas que optaram por uma forma comum de levantar recursos financeiros, que é a produção e venda de

mercadorias com a logomarca dos grupos de proteção nos quais atuam. Essa estratégia é interessante porque contrasta aspectos tipicamente capitalistas com a economia da dádiva que permeia parte do universo protetivo.

Então, tem dois meses mais ou menos, uma protetora criou um *Face[book]* pra mim. Porque eu não sei mexer no computador. Então ela montou um *Face* pra mim, e aí desse *Face* uma amiga se prontificou a vir ajudar. Aí a minha filha, vendo que essa amiga veio – porque até então nunca se prontificava em me ajudar, porque elas não gostam do que eu faço, não aceitam – começou também a me ajudar porque a minha amiga falou pra ela: “com esse *Face* ela não vai gastar, ela vai ganhar”. E, realmente, desses dois meses pra cá, eu consegui doar trinta e um animais e consegui ganhar muita ajuda, como sessão de acupuntura, duas acupunturas pro Marrom. Uma pessoa veio e deu. Uma moça que veio aqui e me deu R\$200, eu fui lá e abati na conta dos cachorros de rua (Daniela, 42 anos).

O excerto acima aponta como a inclusão em redes sociais on-line se tornou relevante no universo pesquisado para a obtenção de recursos. Embora outras entrevistadas não tenham sido explícitas quanto a isso, o acompanhamento de grupos de proteção no Orkut e no Facebook indica que este é um recurso bem explorado e que funciona tanto para a divulgação de animais a serem doados quanto para a arrecadação de fundos e prestação de contas.

3.3. Apoio estatal ou da indústria pet

Alguns excertos apontam outras formas pelas quais os protetores recebem incentivos financeiros. Há descontos na compra de rações, sobretudo quando distribuidores cadastravam protetores para que obtivessem reduções compatíveis com vendas no atacado; há serviços gratuitos, como quando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro mantinha uma política de privilegiá-los no agendamento das castrações gratuitas que oferecia; e há, ainda, créditos variados em clínicas veterinárias, descontos em procedimentos ou consultas gratuitas. Essas situações apontam para um financiamento da atividade por parte da indústria *pet*, incluídos aí os médicos veterinários, cujas ligações com esse universo são múltiplas.

Mas os animais abandonados... geralmente assim, uma média assim, a cada um, dois meses abandonam um animal, e aí gasto com castração. Na verdade, a gente não paga. Porque tem os órgãos da SEPDA [Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais da Cidade do Rio de Janeiro] que fazem a castração gratuita. Mas tem os gastos com medicamentos, gastos com os... os primeiros socorros, né, gases, enfim, isso tudo. E a ração né. A ração são 15 quilos por mês (Bárbara, 22 anos).

De ração, em torno de R\$2.000 pro meu número de animais, né? Lógico, até porque a ração de gato é mais cara [ela tem em torno de 80 gatos]. Areia dos gatos, uns R\$250 por mês. E quando se tem despesas extras, como vacina uma vez por ano, em torno de R\$1.000, por exemplo, entendeu? Então não é... ter um animal não é barato. [...] O que eu tento fazer: comprar direto de fornecedores. Não comprar na loja, né? Por que se comprar por atacado, então você tem um preço [menor]. Então eu tenho esse tipo de, não é ajuda, é uma parceria, vamos chamar assim. [...] Eu tenho veterinários em Macaé que me ajudam. Tenho veterinários em Rio das Ostras que me ajudam, tá? Assim, não cobrando medicamentos, entendeu? Já usei muito nossa prefeitura com as castrações, né? O projeto é antigo. Desde que eu moro aqui, há dez anos. Então eu já utilizei bastante projeto da prefeitura de castração (Betânia, 55 anos).

Bárbara e Betânia indicam terem tido acesso a programas gratuitos de castração de animais através das prefeituras do Rio de Janeiro e de Rio das Ostras. Betânia indica também, como outras protetoras abaixo, que os veterinários são seus parceiros, custeando parte das ações de resgate. Além disso, a compra de rações em proporções de atacado barateia o produto.

Você gasta assim, uma média de R\$300, R\$500 por animal, dependendo das condições dele. [...] Isso porque a gente consegue preço muito bom porque é protetor, senão sairia muito mais caro. E aí, depois, é só manter com a ração, enquanto ele não é adotado né? [...] O desconto é você se cadastrar como protetor. Eu era cadastrada na *Royal*, tem gente cadastrada na *Total*. É, acho que essas são as... não, na *Premier* também. Então o quê que acontece? Na *Royal*, quando eu era cadastrada, eles estavam cadastrando muitos protetores. Então eles... eu pedia, eles entregavam aqui, era uma beleza. Mas, aí trocaram o distribuidor, aí a menina ligou e disse assim: “olha, eu tô com mais 800 cadastros de protetores, não vão manter isso tudo. Não tem condições”. Então começou a descredenciar um monte de gente. E eu acabei não conseguindo, aí eu peço pra veterinária, que ela pede pra mim. Eu vou lá e pego, entendeu? Principalmente a ração renal que é cara, eu consigo comprar com um bom desconto. Aí tem uma outra protetora cadastrada na *Premier* que ela pede pra mim. Aí tem um cara que é cadastrado na *Total*, que ele pede pra mim. Aí a gente fica assim, trocando, entendeu? Quando é de confiança, a gente paga direitinho, eles pedem (Berenice, 43 anos).

A fala de Berenice descortina parte dos processos de uma rede de apoio mútuo entre protetores, pela qual uns ajudam os outros não apenas com doações pecuniárias, mas

com favores que se reverterem em uma economia de recursos materiais. Também indica como distribuidoras de ração tentaram obter uma carta de clientes pela qual garantissem um montante de vendas a partir de uma política de descontos para protetores. Esse processo indica como a indústria *pet* está ciente da ação dos protetores e, ao mesmo tempo em que os torna clientes privilegiados, os transforma em uma categoria de consumidores.

Gasta, gasta. Porque aqui é tudo caro. Mas tem um veterinário parceiro nosso que parcela, deixa a gente pagar depois. Se eu pegar um agora e levar nele, eu vou ser atendida e não precisa dar o dinheiro na hora. Então é um que ajuda a gente. Tem uma veterinária que dá também vacina de custo, que ajuda a gente (Adelma, 38 anos).

Por exemplo, eu trabalho numa clínica veterinária, então a dona da empresa é minha amiga pessoal e me ajuda. [...] É, na verdade, assim, existe o custo de ração nosso, de medicamento com desconto e também a consulta com desconto. (Ângela, 31 anos).

E tem uma veterinária ótima, Dra [X], Dra [Y] da *pet/shop* aqui. Dra. [X], ela nos ajuda demais, demais da conta. Se não fossem esses veterinários, eu não sei o que seria da gente [...]. Não, ela nem cobra consulta pra gente. Ela cobra assim, Raio X, medicamento, é... Por exemplo, vacina ela cobra metade do preço. O que dá pra ela fazer, elas fazem pra gente (D. Adriana, 71 anos).

Nos excertos acima, algumas formas de incentivo da parte de médicos veterinários aparecem. São medicamentos e consultas com descontos, vacinas a preço de custo, consultas gratuitas ou fiadas, rações com descontos. Como a maioria dos entrevistados indica que os custos mais elevados estão exatamente nos aspectos veterinários, um serviço que utilizam com muita frequência, é compreensível que obtenham algum incentivo como clientes privilegiados, assim como ocorre no âmbito do comércio de *pet food*. Ao contrário dos distribuidores de ração, que não chegam a dar produtos aos protetores, alguns médicos veterinários doam serviços, de modo que ingressam, simultaneamente, nas formas de economia da dádiva que permeiam o financiamento de ações protetivas.

As conexões entre médicos veterinários e protetores é mais íntima e dá pistas sobre seu enlaçamento nas redes de dádiva. Primeiro, como apontei em outro momento (Osório, 2016), algumas protetoras são veterinárias ou eram estudantes de medicina veterinária quando entrevistadas. Segundo, veterinários atuam como mediadores entre animais

doentes e animais saudáveis, participando das próprias redes de proteção não apenas como apoiadores, mas também como actantes em uma rede sociotécnica (Latour, 2001). Sejam veterinários privados ou aqueles disponibilizados pelo poder público, seu papel em ações protetivas é bastante relevante. Como membros da rede de proteção, ao contrário das distribuidoras de *pet food*, é compreensível que passem também a ser membros de sua economia da dívida. Isso, de forma alguma, retira seus serviços da gama de atividades mercantilizadas, disponibilizando um exemplo sólido pelo qual economias da dívida e mercados convivem numa mesma atividade.

4. Dívida e capitalismo

Nos debates inerentes ao problema da dívida na antropologia econômica, sem o desejo aqui de esgotar o tema, pode-se dizer que o foco está ora no problema da obrigação/voluntariado, ora na questão da generosidade/interesse (Bourdieu, 1996; Caillé, 2013). Aparentemente, temos que decidir entre os pares de oposição, rasgando a noção de totalidade intrínseca ao conceito original de Mauss (2003), como aponta Graeber (2008). Na hipótese que analiso aqui, de que o trabalho voluntário de protetoras de animais de rua se orienta para uma lógica da dívida, as noções de obrigação, voluntariado e generosidade estão presentes. As protetoras veem sua atuação como voluntária no sentido de que a opõem ao universo mercantilizado do trabalho, recusando a proteção como uma profissão. Sentem que a proteção é uma obrigação moral, não apenas sua, mas de todo ser humano. Elas se descrevem como obrigadas para com os animais. Os cuidados que dispensam a eles – cujo contradom fundamental é a gratidão, e, seguindo a lógica da dívida, o estabelecimento de um laço social interespecífico com indivíduos particulares – são generosos no sentido de que não atendem a interesses humanos específicos, mas aos interesses dos animais, no sentido utilitarista de Singer (2010).

Ao mesmo tempo, essa economia da dívida não está desgarrada de trocas comerciais e, no caso de uma sociedade contemporânea ocidentalizada, tampouco de trocas capitalistas. Se dívida e mercadoria já foram dispostas como antíteses no pensamento

antropológico, elas não são de todo antitéticas – conforme indicam Appadurai (1986), Callon e Latour (2011) e Tsing (2013), entre outros – inclusive no circuito do financiamento da proteção animal, onde os insumos que mantêm os animais resgatados são adquiridos como mercadorias e os profissionais da veterinária, de quem a proteção tanto depende, se engajam em trocas econômicas tipicamente capitalistas tanto quanto na economia protetiva da dádiva.

Embora o entrelaçamento entre dádiva e capitalismo tenha se tornado mais ou menos consensual, as formas como é analisado são distintas, com consequências divergentes quanto a cada leitura. Appadurai (1986) enfoca a vida social das coisas, que transitam entre esse estado de mercadoria e não mercadoria, enquanto Callon e Latour (2011) discutem capitalismo e dádiva como organizações que conformam modos distintos de não calcular e de incluir/excluir memórias e laços duradouros. Tsing (2013), por sua vez, analisa uma cadeia de suprimentos, observando ali formas distintas de trabalho, ora alienado (capitalismo), ora não alienado (dádiva), numa abordagem que se aproxima dos debates elencados por Strathern (2006). Essa multiplicidade permite olhares sob ângulos distintos e o uso de tais análises aqui não pretende efetuar uma síntese teórica, mas ampliar as possibilidades de leitura sobre a dádiva.

Strathern (2006), que não avança sobre as formas de entrelaçamento entre dádiva e capitalismo, concentrando-se sobre a etnografia dedicada a Papua-Nova Guiné, toma as noções de dádiva e mercadoria como formas distintas de organizações de relações, um tema repetido por Caillon e Latour (2011): no primeiro caso, um desejo de ampliar relações, e no segundo, de ampliar objetos. Assim, ela sugere que regimes de dádiva produzem pessoas. Seguindo as elaborações marxianas sobre a mercadoria como aquilo que oculta relações sociais⁷, a autora se pergunta o que os sistemas de dádiva ocultam. Callon e Latour (2011), por exemplo, diriam que ocultam cálculos de interesses, retomando o problema do (des)interesse na dádiva maussiana, amplamente debatido no âmbito francês (ver, sobretudo, as reflexões de Caillé, 2013, e outros). Para Strathern (2006, p. 225), a ideia de que “a troca de dádivas oculta as convenções de reificação”

⁷ Sugiro a revisão do livro 1 d' *O Capital* (Marx, 1980).

não está de todo exata, pois supõe premissas econômicas neoclássicas, um problema igualmente apontado pelos franceses. Não obstante, a reciprocidade da dívida contém, como aponta Sahlins (1972), condições de exploração e não necessariamente de igualdade. No caso melanésio abordado pela autora, é o trabalho das mulheres que seria explorado e oculto sob a forma da dívida.

Na economia da dívida, conclui Strathern (2006), é impossível falar em alienações. “As pessoas simplesmente não têm itens alienáveis, ou seja, propriedade, à sua disposição; elas só podem dispor das coisas vinculando-se em relações com outras pessoas” (Strathern, 2006, p. 248). É na vinculação que se baseiam as relações de dívida. Aqui é possível entender porque protetores se beneficiam e mesmo dependem de redes de relações, financiadoras ou não. Embora protetores solitários que arcam com suas despesas integralmente existam, as doações dos animais não se furtam a essa qualidade de dívida. Elas criam vínculos entre pessoas, isto é, entre o adotante e o adotado, ajudando a construir a dimensão do animal não mais como um objeto, mas como um sujeito⁸.

Uma questão que pode emergir das reflexões da autora diz respeito à produção de excedentes em economias da dívida – e, por comparação, nas capitalistas. Partindo de Sahlins (1972) mais uma vez, ela sugere que o excedente aparece, nas economias da dívida, no âmbito da distribuição e não da produção, como é a leitura capitalista marxiana clássica. Transpondo a questão para os animais de rua, é visível que sua existência está atrelada a noções de excesso: a contenção desse excesso tem sido buscada por atores eivados de ideologias distintas, que perpassam tanto os próprios protetores e sua ideologia de posse responsável, que visa contê-los da reprodução à mobilidade (Osório, 2011), quanto de biólogos e ecologistas, preocupados com as consequências de suas ações na fauna local, mas também perpassa noções de descartabilidade, já que não nos desfazemos de objetos raros e de difícil acesso, ou seja, sem excedente. A coleta que os protetores operam é uma transformação do excedente

⁸ Há muito debate na antropologia acerca da humanidade/animalidade dos animais, sobretudo os de estimação. Ver Ingold (1994) e Leach (1983), entre outros.

descartado em dádiva controlada duas vezes: ela não só deixa de ser excedente, já que se torna um animal de estimação, sujeito único e amado, mas também castrado e contido no âmbito doméstico, o que tem por objetivo evitar essa produção de excedentes e, portanto, num futuro esperado, encerrar a própria atividade de proteção pela extinção dos animais de rua. Eles se tornam valorizados quando deixam de ser objetos (excedentes) e se tornam sujeitos (dádivas). Antes de ingressarem nos circuitos de dádiva, eles não tinham valor.

Tsing (2013, p. 38) aponta como dádivas e mercadorias podem incorporar as características uma da outra e confundir suas identidades. A autora sugere que a transformação em mercadoria (*commoditization*) operada pelo capitalismo “nunca se dá de uma forma pura, mas sempre entrelaçada com relações sociais não capitalistas. As *commodities* capitalistas são simultaneamente capitalistas e não capitalistas”. Assim, todas as formas não capitalistas, que não provocam a alienação do trabalho (conforme Marx), são tomadas pela autora como típicos da dádiva, mesmo que haja dinheiro, trocas econômicas e mercado como um pano de fundo das transações. Sua concepção de dádiva não opera, portanto, como antítese da mercadoria, mas como um contraponto que marca distintas relações no próprio mercado: algumas que alienam as mercadorias como produtos do trabalho de alguém, outras que mantêm as relações sociais pessoalizadas⁹. Com isso, pretende assinalar a concomitância de tais relações dentro do próprio capitalismo, que ganha força como um sistema ao invés de ser derrubado por ações características da economia da dádiva. Em outros termos, Tsing (2013) identifica um processo pelo qual o capitalismo consegue se reproduzir a partir de relações não capitalistas que, portanto, não lhe oferecem nenhuma resistência, operando para reforçar sua capacidade como sistema (global). Não obstante, a autora concede a essas relações também o poder de o enfraquecer, tornando-se seu ponto vulnerável. Segundo ela, o

⁹ Strathern (2006) faz uma discussão sobre as noções de pessoa e indivíduo presentes na economia da dádiva e na noção de alienação. Para ela, a alienação se baseia na visão ocidental de um sujeito único, cujas ações e produtos lhe pertencem como propriedade. É assim que o produto do trabalho de alguém pode ser considerado seu direito e, visto como propriedade, pode lhe ser retirado. Na dádiva, não há propriedade e, portanto, não há possibilidade de alienação.

capitalismo é um sistema de mensuração. É por isso que a avaliação é tão importante para construir ligações na cadeia de suprimentos. A avaliação oferece uma tradução que torna possível para os produtos continuarem a seguir a cadeia. Tradução entre formas de socialidade capitalistas e não capitalistas é o trabalho que faz do capitalismo um sistema. Nós sabemos que tradução é traição; o trabalho de avaliação apaga a dívida (Tsing, 2013, p. 39).

Acima, Tsing (2013) se refere à avaliação como processo de contínua seleção de tamanho e qualidade pela qual passam os cogumelos matsutake, cuja cadeia ela segue desde a coleta nas florestas dos Estados Unidos (Oregon) e China (Yunnan) até o consumidor final, no Japão. Essa contínua seleção pela qual passam os cogumelos é vista como uma forma de apagar as relações de dívida que existem no início da cadeia, nas primeiras transações comerciais após a coleta, quando começa o processo de alienação do trabalho e apagamento do sujeito individual e pessoalizado que colhe os cogumelos. A seleção é explicada por ela como parte do processo de mensuração que destina certos produtos, por tamanho e qualidade, a mercados determinados, cada qual com seus padrões. Dessa forma, é capaz de demonstrar os entrelaçamentos sucessivos entre dívida e mercadoria, relações pessoais e impessoais, trabalho alienado e não alienado, capitalismo e não capitalismo, tendo como pano de fundo mercados globais.

Por não ser mercantilizado, o trabalho de proteção nunca é alienado, nem sequer seu produto: os corpos curados e renovados dos animais de rua. Não apenas os protetores coletam esses animais, sem medir os gastos de suas ações *a priori*, como trabalham sobre eles para então encaminhá-los ao circuito de dívida. A única mensuração que efetuem, até onde averigui, é uma distinção entre animais considerados ferais e os outros. Os ferais não se sociabilizam com humanos. Eles fogem e podem atacar. Seu cuidado, que é raro, se limita ao controle de colônias feralizadas, que podem ser castradas e alimentadas, mas de onde não sairão animais de estimação e, portanto, dívidas. Quando recusam a comoditização de sua atividade, os protetores recusam, simultaneamente, sua alienação.

Conforme Osteen (2002), um mesmo objeto ou sujeito pode passar de dívida a mercadoria, e vice-versa. O sistema de compra e venda disponibiliza mercadorias, mas uma vez comprados esses objetos deixam de ser mercadorias, embora possam voltar a

sê-lo. Podem ser dados a partir da lógica da dádiva, podem ser simplesmente doados e podem ser foco de relações afetivas particulares, entre outras possibilidades. Esses fluxos marcam as fluidas fronteiras entre uma mercadoria e uma não mercadoria, seja ela dádiva ou não. De igual forma, animais vendidos e comprados são mercadorias, mas podem deixar de sê-lo quando incorporados à família na qualidade de animais de estimação. Já os animais doados pelos protetores são transformados de sujeitos descartados em sujeitos a serem circulados, doados e adotados em redes de dádiva, e inseridos em relações afetivas interespecíficas.

Tsing (2013) toma a economia da dádiva como permeada por obrigações sociais. Um outro aspecto é a inabilidade de tornar as coisas privadas. A privatização seria, então, um caminho para a comoditização dos objetos, ideias, etc. Ambos os processos podem ser observados no âmbito da proteção animal aqui analisada. Num plano interespecífico, as protetoras entendem que humanos têm a obrigação moral de acudir animais de rua, em sua maioria animais de estimação – cães e gatos – cuja especificidade é apontada por diversos autores (Leach, 1983; Thomas, 1988; Ingold, 1994) para identificar sua íntima aproximação ao universo social humano. O financiamento de terceiros, que contribui para a atuação dos protetores, gera prestações de contas públicas, na medida em que os fundos não podem se tornar privados. Eles são geridos de forma transparente. Evidentemente, alguns protetores são mais felizes em dar publicidade aos seus gastos do que outros. Embora retirados das ruas e geralmente alojados na casa de protetores, os animais não se tornam propriedade de ninguém e, dessa forma, podem ser mantidos por doações. É a mesma lógica que permite que sejam doados, momento a partir do qual eles se tornam privatizados, embora com isso não se tornem mercadorias. Aqui a ambivalência entre sujeito e objeto, dádiva e propriedade permanece.

Alguns protetores pedem contrapartidas às doações de animais, como doações de ração, por exemplo. Outros, ainda, averiguam a situação dos animais após a adoção, entrando em contato com os adotantes e fazendo visitas. Eventualmente, tomam os animais de volta. Essas duas situações apontam para questões relacionadas à privatização e mercantilização da circulação dos animais, mas também à formação de laços duradouros. O pedido de contradoações não instaura uma troca de mercadorias por um

animal doado – que, conseqüentemente, não se torna uma mercadoria. Ao contrário, é um contradom: aponta para uma espécie de reciprocidade. A circulação dos animais é, portanto, ela própria, um circuito de dádiva, haja contraprestações ou não. Quando o(a) protetor(a) continua avaliando as condições do adotante, ele mantém a forma não mercantil da doação e sua natureza de dádiva, tornando a adoção não uma circulação de um bem, mas de uma pessoa numa relação social: o animal é adotado por uma família, segundo dizem os protetores. A investigação de sua situação na nova família é a manutenção de publicização e recusa à privatização como formas de uma recusa à mercantilização: ele não é um objeto dado, mas um sujeito sob guarda ou tutela.

Mais ainda, quando a averiguação da condição do animal é efetuada, o protetor opera não apenas na chave da preocupação com o bem-estar animal, mas também salienta que houve algo de si doado ao adotante, um aspecto inerente à dádiva maussiana¹⁰. É isso que permite a própria averiguação. Esse algo de si fica mais claro quando a doação é contrastada com a acumulação de animais, com a qual alguns protetores sofrem. A acumulação é o ato de retirar o animal da rua e não o doar, de modo que o contingente de animais cresce e geri-lo se torna progressivamente um problema, não apenas financeiro, mas sanitário e de bem-estar. Eventualmente, protetores ficam com algum animal que não conseguiu ser doado ou ao qual se afeiçoaram sobremaneira. Nesses casos, o animal é privatizado.

¹⁰ Foi Lévi-Strauss (2003) quem efetuou a crítica mais emblemática a essa ideia, questionando a análise maussiana e sua explicação da retribuição envolta nas noções de *mana* e *hau*. Depois dele, muitos outros retornaram a esse ponto, como Sahlins (1972), Graeber (2001) e Godelier (2001). Sigaud (1999) tem uma leitura interessante sobre a crítica de Lévi-Strauss. Aqui, não pretendo ir nem contra nem a favor dos mestres franceses. No contexto capitalista do qual trato, acredito que é possível perceber nesse “algo de si” não um *mana*, mas ao contrário, um produto do trabalho no sentido ocidental. O que permite essa conexão entre protetoras e seus animais já doados e, por consequência, os adotantes, é uma visão do animal sadio e adotável como o produto do trabalho de proteção, inalienável e, portanto, que mantém as conexões e laços sociais.

4. Não calcularás

Callon e Latour (2011), em uma reflexão originalmente publicada na *Revue du MAUSS*¹¹, discutem erros e acertos da abordagem antiutilitarista incorporando tanto o problema de se desenhar fronteiras entre dádiva e mercado quanto o marco central da sociologia latouriana, a saber, sua negação da modernidade (Latour, 1994). O antiutilitarismo é visto não como uma crítica ao liberalismo, mas como um movimento que toma a percepção liberal de mundo como real, o que a dupla rechaça: “dizer que no capitalismo existem agentes individuais calculadores e maximizadores de benefício é tomar, certamente, o efeito pela causa” (Callon; Latour, 2011, p. 179).

Uma das vantagens da proposta é que ela não identifica capitalismo e mercado, mas define o primeiro como “uma forma entre outras de organização dos mercados” (Callon; Latour, 2001, p. 172) e o segundo, a partir de Guesnière (1996), como um dispositivo que coordena agentes que efetuam cálculos econômicos, seus interesses divergentes e os preços que solucionam tal divergência. Nesse panorama analítico, a economia de mercado global é tomada como um programa inacabado de interconexão de mercados locais que, por sua vez, é a noção de capitalismo mobilizada pela dupla de autores. Para tal noção, o cálculo ou a generosidade dos agentes não é determinante, como o é para o antiutilitarismo. Não obstante, a dupla considera que o agente só pode realizar operações no mercado, sejam de oferta ou demanda, se estiver equipado para calcular. Sem esse equipamento, ele escolhe às cegas e não por um cálculo interessado. Tal equipamento não é metafórico, alertam, mas consiste em contas reais. O incalculável, o irreduzível, não podem entrar na conta, literalmente. O cálculo existe, não o negam os autores, mas ele não define nem o capitalismo nem o mercado.

O trabalho dessa forma de organização é produzir externalidade, isto é, produzir relações irreduzíveis, incalculáveis, que por essa razão são tomadas como complementares na lógica da economia-disciplina. Ao trazer ambos os aspectos para a

¹¹ Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, capitaneado por um time de intelectuais franceses dos quais Alan Caillé sobressai como interlocutor principal do conceito maussiano. Não é meu objetivo discutir o antiutilitarismo, mas tanto a análise de Callon e Latour (2011) quanto a de Tsing (2013) são críticas das soluções dadas pelo MAUSS para a superação do capitalismo e do liberalismo.

análise, a dupla sugere simetrizar os paradigmas da dádiva e do cálculo: “a lógica que vale para o calculador utilitarista vale também para o herói que entusiasma tanto nossos amigos do MAUSS, esse famoso doador e receptor, antiutilitarista não-calculador” (Callon; Latour, 2011, p. 180). Como saída ao embate, sugerem que uma performance coletiva não traduz competências individuais:

atravessado pelo cálculo sem ser ele mesmo um calculador nos regimes de formação capitalista, o mesmo agente será atravessado pela dádiva sem ser nem doador nem receptor nos regimes de formação pré ou anticapitalista (Callon; Latour, 2011, p. 180).

A hipótese central da dupla é apresentada, então, como um “trabalho de formação” que é igualmente necessário tanto nos regimes de dádiva quanto de cálculo, sem que em nenhum deles o agente seja, *a priori*, um calculador irrefreável ou um doador compulsivo. E, em ambos, “o imperativo categórico continua sendo o mesmo em todos os casos. Não calcularás! Embora se distingam pela lista do que não se deve *levar em conta*” (Callon; Latour, 2011, p. 181, grifo original). No caso da dádiva, tomada ao modelo maussiano, haveria uma proibição de calcular, de modo que as relações sociais se proliferam sem que nunca se esteja liberado de dar, receber e retribuir. No capitalismo, há igualmente aquilo que não se deve calcular, que nunca aparece no cálculo por risco de condená-lo e à própria sociedade: calcula-se apenas as internalidades, deixando-se as externalidades¹² de fora. O desinteresse nos regimes da dádiva é visto, então, como aquilo a que se proibiu calcular. Dádiva e capitalismo se tornam ambos socialmente construídos, violentamente formatados cada um segundo o que não se calcula. Interesse e desinteresse são fabricados.

Na mistura entre dádiva e cálculo, os autores apresentam como exemplo ocidental o Telethon, maratona telefônica televisiva cujo objetivo é arrecadar fundos filantrópicos. No caso analisado, os fundos seguem para a Associação Francesa contra as Miopatias. Na televisão, relatam os autores, um contador calcula as doações, que são efetuadas

¹² Os autores chamam de externalidade positiva o que favorece uma interação, elementos cujos vínculos causais eram insuspeitos, e chamam de externalidade negativa aos elementos que foram alijados e que são exteriores à relação, provocando um cálculo simplificado. Aqui estão pensando na microeconomia como modelo de cálculo.

pela lógica da dádiva. “Não se trata”, dizem eles, “de uma contabilidade fechada e equilibrada, mas de uma contabilidade aberta que registra os vínculos e as relações à medida em que se estabelecem para mostrar seu caráter indefinido” (Callon; Latour, 2011, p. 182). A tecnologia permite a formação dessas redes. Não há uma “grande divisão” entre sociedades mercantis e sociedades do dom. Elas diferem pelas estratégias de associação ou dissociação. Dádiva e transações comerciais não são antitéticas.

O regime da dádiva guarda memória dos vínculos e associações entre doadores e donatários. O capitalismo não está liberado, por seu turno, dessas memórias tampouco. No âmbito do mercado, alertam os autores, as trocas são efetuadas de modo a não se guardar tais memórias, mas permanecem as relações de confiança. Nenhum dos dois tipos de formatação obtém sucesso em suas proibições: uns desenvolvem interesses, outros desinteresses. A despeito das misturas, um regime é descrito como incluindo estranhos com os quais nos tornamos vinculados e o outro como tratando os próximos como estranhos, de modo a ser livre de efetuar obrigatoriamente futuras trocas. Próximos e estranhos, contudo, são definidos em função de noções específicas de local e distante, passado e futuro, alerta a dupla.

Essa noção de pessoalização de relações aparece também em Tsing (2013). Embora não seja meu objetivo uma comparação sistemática entre ambas as análises, elas se encontram ainda na forma como a alienação é usada pela autora como um dos espaços de construção dessa ordem de desvinculamento de que falam Callon e Latour (2011). O trabalho alienado pelo capitalismo, em seu esforço por operar cálculos, é a despersonalização de uma relação.

Por fim, os franceses retornam ao problema latouriano da inexistência da modernidade: para criticar e romper com o capitalismo, antes de tudo, há que não se o acreditar. E do ponto de vista das ciências sociais, como era a proposta do MAUSS, há que tomar a lógica do dom, não a do liberalismo (que a dupla percebe também presente nas críticas de esquerda e marxistas). Tomar a lógica do dom aqui significa seguir a proliferação de associações, o que Latour tem feito há décadas.

Esse resumo dos principais argumentos visa reforçar como a lógica protetiva está imbuída no regime da dádiva, proliferando associações interespecíficas – também a partir de redes sociotécnicas (Latour, 2001), como no Telethon. De fato, o exemplo francês se assemelha às formas como os protetores mobilizam potenciais doadores financeiros pela internet, excetuando-se a presença do contador. O cálculo, nessas redes de financiamento, é efetuado pelo próprio protetor, que paradoxalmente se recusa a calcular, como os excertos acima identificaram a partir da persistência em não fornecer números exatos de gastos e a recorrência da fórmula “varia, depende, cada caso é um caso”. Os números dados provêm daquela “contabilidade aberta”, na qual o balanço nunca é fechado. O desinteresse pelo dinheiro aparece, também, no desinteresse em ser remunerado, mantendo sua associação com a dádiva. Vale mais, no âmbito desse regime, contabilizar redes de relações e identificar veterinários, apoiadores, protetores e mesmo municipalidades que contribuem para as atividades protetivas, ou seja, contabilizar sua ampliação, que deve ser contínua. Eles são maximizadores de relações sem perder de vista que essas redes financiam suas ações, o que devolve o interesse à dádiva. As acusações de usufruto pessoal de valores pecuniários doados ao cuidado dos animais reforça, por sua vez, a formatação violenta de que fala a dupla francesa, conformando os padrões de desinteresse (financeiro) segundo os quais a economia protetiva deve funcionar.

Sigo, portanto, a sugestão de que os regimes de dádiva podem ser vistos como de proliferação de associações, que é um dos elementos visíveis nas redes de financiamento da proteção animal. Sugiro que a recusa a uma profissionalização é a recusa a essas relações livres, a recusa à saída de uma rede de dádivas, à alienação e, portanto, ao controle que os protetores exercem sobre suas dádivas (adotantes e adotados).

Considerações finais

Abordei no presente artigo algumas formas pelas quais protetores de animais de rua fluminenses entrevistados arrecadam, gastam e gerem recursos financeiros destinados às ações de proteção. Entre as formas identificadas, sobressaem três tipos: recursos próprios,

doações recebidas e serviços gratuitos ou com descontos. A moral da utilização dos recursos próprios apontou para visões antiprofissionalizantes da proteção, contendo o risco de que possam ser acusados de utilizarem os recursos dos animais em benefício próprio. Em larga medida, a recusa à profissionalização está associada à separação estreita entre o recurso para os animais e o recurso para os humanos, muito embora todo recurso provenha, necessariamente, de humanos. A força do voluntariado faz com que a profissionalização seja malvista. A entrada de recursos de terceiros introduz a percepção de “mundos hostis” (Zelizer, 2010), pela qual ou há uma doação completa da parte do protetor ou ele está auferindo vantagens pessoais.

Essas doações são levantadas por meio de estratégias diversas: rifas, brechós e bazares apontam para um mercado capitalista que serve para levantar fundos para o regime da dádiva; confecções de camisetas, adesivos e outros produtos transformam os grupos de proteção em pequenos empreendedores, cujo objetivo não é a acumulação, mas a distribuição na forma da dádiva; descontos em procedimentos veterinários ou sua gratuidade incluem os médicos veterinários nas redes de dádiva, ao mesmo tempo em que sua *expertise* está disponível como *commodity* no mercado; serviços gratuitos de municipalidades fazem ingressar o Estado nessas redes de distribuição. Percebe-se, assim, que dádiva e capitalismo são regimes sobre os quais as ações protetivas se desenvolvem, emaranhados e entrelaçados. Por último, gostaria de sublinhar como as redes de doação, apoio e financiamento das ações protetivas criam circuitos de trocas personalizados, nos quais o anonimato e a alienação são combatidos. A força dessas relações contribui para a recusa à profissionalização, já que estaria erguida sobre um trabalho alienado. Como o artesão que colhe sua matéria prima e a transforma, o trabalho do protetor nunca é alienado do processo e sua relação com o animal que ele salva pode permanecer mesmo depois de sua doação.

Seguindo as críticas de Tsing (2013) e Callon e Latour (2011) acerca do poder que a dádiva teria em superar o capitalismo, é difícil afirmar com certeza se a prática protetiva é inerentemente anticapitalista ou não. Tsing (2013) sugere que o capitalismo tem englobado a dádiva, traduzindo-a para formatos calculáveis e mensuráveis. Callon e Latour (2011) sugerem que o capitalismo prolifera relações personalizadas lá onde a

mensuração e o cálculo não são possíveis. Minha sugestão é de que os protetores caminham por ambos os universos, emaranhando-os num novelo pelo qual possam percorrer os fios que possibilitam as ações protetivas. Eles não são anticapitalistas no sentido de se colocarem fora do mercado de consumo, ao qual nenhum de nós consegue mais escapar, mas de se colocarem fora do mercado de trabalho protetivo, recusando a alienação e contendo interesse e desinteresse na tarefa de formatação de uma economia da dívida dentro de um mundo capitalista. Mais ambígua é a posição dos veterinários-protetores. Eles operam no regime da dívida quando atuam como protetores e quando “ajudam” protetores, ao passo em que seus serviços são comoditizados quando atendem outros clientes (ou cobram de protetores).

Em todo caso, uma economia da dívida está posta, mas ela não parece ter o potencial de desestabilizar o capitalismo. Justamente por ser uma ação de nulo impacto sobre a ordem econômica global é que ela pode se manter no regime da dívida, através de redes de relações e proliferando infinitamente tais redes para angariar fundos e adotantes. Como alerta Tsing (2013), nessas brechas do capitalismo é onde encontraremos os dons, ainda que eles alimentem uma indústria.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008.

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: APPADURAI, Arjun (org.). **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3-63.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, v. 2, n. 2, 1996. p. 7-20.

CAILLÉ, Alain. O dom entre interesse e “desinteressamento”. **REALIS - Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, v. 3, n. 1, 2013. p. 7-42.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. “¡No calcularás!” o como simetrizar el don y el capital. **Athenea Digital**, n. 11, v.1, 2011. p. 171-192.

GRAEBER, D. **Toward an anthropological theory of value**. New York: Palgrave, 2001.

GRAEBER, David. Give it away. 2008. Acesso em: 07 jul. 2017. Disponível em: < <http://theanarchistlibrary.org/library/david-graeber-give-it-away.pdf> >

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUESNÉRIE, Roger. **L'Économie de marché**. Paris: Flammarion, 1996.

INGOLD, Tim. Humanity and animality. In: INGOLD, Tim (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1994. p. 14-32.

LATOOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LATOOUR, Bruno. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DAMATTA, Roberto (org.). **Edmund Leach**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-98.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. pp. 11-46.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal. **Anuário Antropológico**. V. 2, n. 1, 2012, p. 159-175.

LEWGOY, Bernardo. Crítica da ração impura: o repto naturalista na alimentação animal. In: BEVILAQUA, Cimea Barbatto; VANDER VELDEN, Felipe. **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba: Ed.UFPR; São Carlos: Ed.UFSCar, 2016, p. 223-240.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

MULLIN, Molly H. Feeding the animals. In: CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly. **Where the wild things are now: domestication reconsidered**. Oxford: Berg, 2007, p. 277-303.

OSÓRIO, Andréa. Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. **R@U - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 3, n. 2, 2011. p. 51-75.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2013. p. 143-176.

OSÓRIO, Andréa. Sociabilities and sensitivities: recruitments in homeless animal care. **VIBRANT – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 13, n. 2, 2016. p. 143-159.

OSÓRIO, Andréa. Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades. **Horizontes Antropológicos**, ano 23, n. 48, 2017. p. 253-274.

PINTO, Leandra. **Resgatando afetos: um estudo antropológico sobre redes urbanas de proteção animal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

SAHLINS, Marshall. **Stone age economics**. Chicago: Adine-Atherton., 1972.

SANTOS, Pedro da Silva. De abandono, proteção e outras formas de relação com animais: motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal Fluminense. 2014.

SIGAUD, L. As vicissitudes do “Ensaio sobre o dom”. **Mana**, v. 5, n. 2, 1999. pp. 89-124.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TEIXEIRA, Ivana. A relação entre homens e animais no mundo da cinofilia: uma análise antropológica. In: BEVILAQUA, Cimea Barbato; VANDER VELDEN, Felipe. **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba: Ed.UFPR; São Carlos: Ed.UFSCar, 2016. p. 103-117.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

TSING, Anna. Sorting out commodities: how capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 3, n. 1, 2013. p. 21-43.

ZELIZER, Viviana. A economia do care. **Civitas**. v. 10, n. 03, 2010. p. 376-391.

*Recebido em 10/10/2017
Aprovado em 11/01/2018*